



INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA

UM ESTADO GENOCIDA, UMA DEMOCRACIA EXCLUDENTE

PILAR CULTURAL

05 aulas



Viviane Gouvêa

CONHEÇA SUA PROFESSORA

Mestre em ciência política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora do Arquivo Nacional desde 2006 na área de pesquisa e difusão de acervos. Autora de Extermínio: 200 anos de um Estado genocida. Vem trabalhando especialmente com temáticas do século XX: democracia, direitos humanos, movimentos sociais. É editora e redatora da página Que República é essa? do Arquivo Nacional.

Apresentação

O curso pretende discutir a atuação ilegal e desmedida do Estado brasileiro diante de demandas da sociedade por maior participação no processo político, acesso a bens materiais, equidade jurídica e penal. Esta atuação, longe de ser a regra apenas em nossos períodos de exceção – as ditaduras –, marcou os governos liberais e também os períodos democráticos. Será por acaso, mera sobrevivência de dispositivos anacrônicos criados e disseminados por ditaduras? Quem sabe nossa democracia nunca tenha tido tempo para alcançar a amplitude e a estabilidade desejadas? Ou há uma lógica, um sentido por trás da impunidade, da seletividade sistemática dessa atuação oficial?

Vivemos em um país em que a polícia tem índices de letalidade inadmissíveis em países democráticos; não à toa, também estamos na lista dos dez países mais desiguais do mundo: concentração de renda e fundiária persistentes, desde 1822 – o ano em que “viremos Brasil.” Os dados frios nos contam sobre a impunidade acachapante dos criminosos oficiais – os próprios órgãos públicos produzem dados sobre essa absurda impunidade –, de uniforme ou colarinho branco. Há 200 anos testemunhamos o extermínio seletivo daqueles que atrapalham a economia e a política de uma elite que se recusa a ceder um milímetro dessa absurda concentração poder, dinheiro e terras.

Durante décadas, os brasileiros aceitaram e reproduziram a ideia de que somos um plácido, avesso a

conflitos e apegado ao nosso passado e presente sem guerras. Acreditávamos – e muitos acreditam até hoje – que nosso país havia nascido pacificamente, dentro dos limites de uma negociação familiar. E que nossa vocação para ser um único país, uma única nação se fizera sentir desde cedo uma vez que, sem sangue derramado, um imenso Estado – um Império – nasceu prontamente unificado.

Acreditamos também na beleza da nossa sociedade miscigenada, e a democracia racial tornou-se potente mito, narrando as origens do povo brasileiro de acordo com uma mistura calorosa entre três raças, tradições diferentes e de certa forma, complementares.

Tais crenças vicejaram no imaginário nacional a despeito da violência bestial com que as forças de segurança pública sempre trataram os mais pobres, os escravizados, todos aqueles que não possuíam cacife material e, portanto, foram excluídos do processo político formal. Contudo, nas últimas décadas, esse construto perdeu seu apelo, e os conflitos passaram a se explicitar violentamente.

Esses temas serão debatidos através de exemplos da nossa história e do nosso presente – inclusive eventos recentes como a chacina do Jacarezinho em 2021. Nossas fontes de informação também serão debatidas, e confrontadas com fontes de desinformação, tão comuns no mundo virtual mas disseminadas há muito tempo.

Conteúdo Programático



Aula 01 – Erros de origem

A Independência e seus mitos; uma República arcaica – e o medo do povo como unificador de um Estado excludente.

Levantes populares que marcaram o nascimento do Brasil.

O escravismo entre atos: o ódio didático, as leis que não precisam valer. Apolítica para (muito) poucos.

A República, nascida de um golpe militar, não consegue criar cidadãos.



Aula 02 – As vítimas sistemáticas da violência do Estado

A violência de agentes públicos a serviço de interesses privados. Construção de “inimigos internos” e a “segurança nacional”: quando a ideologia das ditaduras floresce em nossa sociedade hostil. Preconceitos e a negação da existência do outro.

A justiça não é para todos – e nem a democracia.



Aula 03 – Povo e democracia: justiça social como caminho para a paz

Acesso ao processo político de direito e de fato. Nossas breves democracias e seus limites. A permanência de uma ilegalidade seletiva em nossos interregnos democráticos. Incapacidade de o Estado lidar com os movimentos sociais dentro dos limites legais – a fragilidade dos mecanismos que poderiam incorporar a participação popular aos processos políticos.



Aula 04 – As nossas ditaduras nos limites das nossas democracias

Por que não falamos dos períodos ditatoriais no curso? As ditaduras são períodos de exceção, abertamente autoritários. Democracias deveriam ampliar o escopo da participação popular nos negócios públicos, abrindo caminho para uma sociedade mais igualitária e menos vulnerável aos conflitos. O que vemos ao longo do curso é que nossas democracias sempre esbarram em limites que mantêm nosso país no topo da lista dos mais excludentes, desiguais do mundo. Em

consequência, os conflitos continuam a exacerbar-se, sem que nossas instituições sejam capazes de absorver as demandas sociais dentro dos limites legais.

Este aspecto é um elemento crucial para entendermos nossos caminhos tortuosos entre a democracia e o autoritarismo.



Aula 05 – A construção social da verdade – informação, fontes e debate público.

Arquivos oficiais, imprensa, testemunhos.

Esta aula se propõe a apresentar e discutir várias formas de conhecermos o que se passou: as fontes históricas, os depoimentos, os testemunhos, relatos jornalísticos. Apresentei alguns destes elementos no livro Extermínio como forma de resgatar para o público leigo o estudo e o debate em torno daquilo que consideramos confiável, e de como construímos a verdade nossa de cada dia em tempos de “narrativas” colocadas a partir de posts.

Referências

BARREIRA, C. Massacres: monopólios difusos da violência. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.57/58, p. 169-186, jun./nov. 2000.

BUENO, S. MARQUES, D. PACHECO, D. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 59-69, 2021.

FERRAZ, J. D. A. F. Do “Mal Necessário” à “Metáfora Bélica”: a lógica dual do Estado Autoritário. Revista Maracanan, 4(4), 195-207, 2008.

FIORILLO, M. P., Oliveira, A.; Vitti, I. O imaginário da exclusão: sobriedade, busca de isenção e deslizos em argumentos autoritários. Revista Alterjor, 12(2), 201-217, 2015.

GOUVÊA, Viviane. Extermínio: 200 anos de um estado genocida. SP, Planeta, 2022.

O RELATÓRIO FIGUEIREDO.
<http://pt.scribd.com/doc/142787746/Relatorio-Figueiredo>

RONDON FILHO, E. B.; FREIRE, F. X. . Monopólio legítimo da força como processo civilizador: Weber e Elias em perspectiva. SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 12, 2018.

SODRÉ, M. Sociedade, mídia e violência (Vol. 22). Edipucrs, 2006.

ZAFFARONI, E. R. (2015). Direito penal humano ou inumano? Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, 3, 27-47.

Filmes/ TV:

Longa metragem Pastor Cláudio (Beth Formaggini. Brasil, 2018)

Extremistas.br (Caio Cavechini, Brasil, 2023)